



Conselho Científico

Acta n.º 07/2010

Data: 28/01/2010

Hora: 09h:30

Presenças:

Estiveram presentes os Professores: José Manuel Pinto Paixão, Benedito Costa Cabral, Luísa Loura, Carlos Nieto de Castro, Eduardo Ducla-Soares, Fernando Barriga, Gracinda Gomes, Hélder Coelho, Isabel Ambar, Luís Bento, Luís Correia, Luís Gouveia, Luís Sanchez, Margarida Santos-Reis, Maria João Collares Pereira, Maria Margarida Godinho, Maria José Calhorda, Maria José Costa, Maria Teresa Alpuim, Miguel Miranda, Olga Pombo, Rui Malhó e Virgílio de Brito Mendes.

Ausências justificadas:

Foram justificadas as ausências dos Professores António Mateus, José Barroso, Luísa Maria Abrantes e Paulo Veríssimo.

Ordem de Trabalhos

1. **Aprovação da Acta da reunião do dia 18 de Novembro de 2009**
 - 1.1. Colocada à votação, a acta foi aprovada por unanimidade.
2. **Proposta de Regulamento para a avaliação do desempenho docente**
 - 2.1. A Professora Gracinda Gomes questionou o conteúdo do documento apresentado, na medida em que o que ficou estabelecido em sede da reunião anterior, no seu entender, foi a criação de uma comissão para elaboração dos critérios para atribuição de nomeação definitiva, e não dos critérios de avaliação do desempenho.
 - 2.2. A Professora Teresa Alpuim concordou mas elucidou que ambos estão interligados.
 - 2.3. O Professor Benedito Costa Cabral acrescentou que, perante o prazo até ao final do mês de Fevereiro estabelecido para a conclusão do Regulamento da UL, a comissão em causa procurou adiantar trabalho.
 - 2.4. O Professor Pinto Paixão esclareceu que o Conselho Científico tem liberdade para se pronunciar como achar conveniente sobre o documento elaborado pela comissão designada.
 - 2.5. O Professor Luís Bento manifestou a sua preocupação relativamente aos docentes que pautaram o seu desempenho pelas regras anteriormente estabelecidas
 - 2.6. O Professor Pinto Paixão informou que não existem alterações de regras anteriores na medida em que é mantida a nomeação de dois relatores. A diferença substancial resume-se ao facto de, futuramente, ser o Conselho Científico a proceder às respectivas votações e são estes critérios de votação que estão a ser discutidos. Acrescentou que a transição de vínculo está claramente indexada, em sede dos estatutos, à avaliação de desempenho e, no contexto organizacional / institucional, a avaliação de desempenho deve ser separada dos processos de concurso. Não obstante tratar-se da mesma actividade, esta pode ser lida de

F



maneira diferente. Na avaliação institucional a avaliação detém efeitos promocionais, deve ser perspectivada na medida em que contribui para objectivos institucionais que correspondem, não só a desempenho individual, mas também a uma carta de missão institucional. A título exemplificativo enumerou alguns objectivos que podem ser estipulados, nomeadamente a redução do insucesso escolar, o equilíbrio financeiro da escola em termos de percentagem de receitas próprias na vertente orçamental e, dentro deste, aumentar a percentagem de alunos. A questão pertinente que se coloca é a de saber quem procede à avaliação, na medida em que, entre pares a avaliação hierárquica não é adequada, motivo pelo qual deve ser este CC a assumir essa função.

- 2.7. Em resposta à questão formulada pela Professora Maria João Collares Pereira relativa ao horizonte temporal da avaliação, o Professor Pinto Paixão informou que, embora considere que, no limite, o período estipulado não deve exceder três anos, defende que a avaliação seja anual na medida em que é urgente abrir uma perspectiva de desenvolvimento pessoal, quer pela abertura de concursos, quer pela promoção ou valoração em sede remuneratória. Acrescentou que, face à obrigação legal de proceder à avaliação desde 2004 até ao presente, seria uma decisão prática a atribuição de um ponto a todos os avaliados. Afirmou, ainda, que neste arranque deve ser perspectivada uma avaliação feita em 2010 com a possibilidade de efeitos na sua aplicação em 2011.
- 2.8. O Professor Benedito Costa Cabral salientou que a relação entre a avaliação de desempenho e os concursos decorre do próprio ECDU (artigo 38º). Informou, neste âmbito, que existem três períodos de avaliação distintos:
- 1º - de 2004 a 2007
 - 2º - 2008 e 2009 – avaliação com ponderação curricular
 - 3º - 2010 – Art.º 74 / A e B do ECDU
- 2.9. A Professora Teresa Alpuim afirmou que, na sua opinião, o ideal seria a existência de painéis de avaliação organizados por áreas científicas. Questionou, igualmente, quem deve avaliar os catedráticos e os detentores de cargos de gestão electivos do topo.
- 2.10. O Professor Pinto Paixão defendeu a necessidade dos respectivos Presidentes dos Departamentos e Coordenadores das Unidades de Investigação intervirem no processo.
- 2.11. A Professora Maria José Costa propôs que seja tida em conta a intervenção dos coordenadores dos grupos e não dos centros.
- 2.12. O Professor Luís Bento sugeriu a elaboração de uma lista de itens que o CC considere de abordagem necessária.
- 2.13. A Professora Gracinda Gomes afirmou que, na sua opinião, o documento apresentado não respeita o trabalho de todos na escola, uma vez que menospreza algumas actividades, nomeadamente a actividade de gestão. Por este motivo, propôs que fossem ouvidos os Presidentes de Departamento.
- 2.14. O Professor Benedito Costa Cabral esclareceu que a questão mencionada foi discutida em sede das reuniões da comissão e reiterou que o documento elaborado é meramente exemplificativo para um Professor Auxiliar e não se considerou razoável atribuir muito peso à actividade de gestão neste exemplo.
- 2.15. O Professor Fernando Barriga mencionou que a listagem deve ser mais indicativa do que taxativa. Exemplificou a sua opinião com uma hipotética atribuição de um prémio Nobel a um docente da FCUL e, afirmou que o contributo que este era iria trazer à Instituição poderia ultrapassar o peso de qualquer actividade listada. Acrescentou que, indesejavelmente, um Professor Auxiliar poderia, de acordo com o documento proposto, nortear a sua carreira às actividades que pontuam mais, em detrimento das actividades nas quais a sua capacidade poderia ser mais produtiva.

G



- 2.16. O Professor Luís Correia realçou que a maioria dos problemas mencionados foi analisada e salientou a ajuda fornecida pela Dr^a Ana Bela Rocha na última reunião da comissão. Acrescentou que o CC é que vai ser o responsável pela avaliação final e que, com a prática, prevê a possibilidade de homogeneizar e limar as questões mais controversas.
- 2.17. O Professor Rui Malhó afirmou que uma das preocupações tidas em consideração pela comissão, foi a necessidade de estabelecer um sistema para a escola que permita uma avaliação justa. Informou que os pesos indicados são relativos, na medida em que o avaliador possui a palavra final na apreciação que faz desses elementos e, manifestou o seu desacordo com a criação de painéis que envolvam os Presidentes de Departamento e os Coordenadores das Unidades de Investigação uma vez que, a título de exemplo, possibilita o aparecimento de eventuais situações em que um coordenador / avaliador pode possuir uma categoria inferior à do avaliado.
- 2.18. O Professor Pinto Paixão enumerou os aspectos essenciais a considerar na sequência da discussão em curso, nomeadamente:
- A avaliação de desempenho e os concursos consubstanciam dois processos distintos mas interligados
 - A avaliação dos docentes deve ser enquadrada num quadro de missão institucional e num regulamento de prestação de serviços individual com o qual o avaliado se comprometeu,
 - O CC homologa a avaliação mas pressupõe uma entidade que avalia, quer por via de elaboração de pareceres por relatores nomeados, quer por via da criação de painéis de avaliação.
 - A auto-avaliação deve, de igual modo, ser considerada na avaliação

O Professor Pinto Paixão informou que a comissão está aberta a todos os membros do CC que a queiram integrar.

- 2.19. Perante a relevância da contribuição de todos os membros do CC por via das várias sugestões e/ ou críticas expressas e, na sequência da sugestão apresentada pela Professora Maria João Collares Pereira, o Professor Pinto Paixão estabeleceu que o agendamento de futuras reuniões da Comissão será efectuado com conhecimento do CC, de molde a possibilitar a presença de quem queira e tenha disponibilidade para participar nas mesmas. As Professoras Maria João Collares Pereira e Gracinda Gomes expressaram disponibilidade para integrar a Comissão do CC.

3. Propostas de alteração dos ciclos de estudo listados no documento anexo a esta convocatória

- 3.1. A Professora Luísa Loura fez um breve resumo do trabalho efectuado pelos Departamentos.
- 3.2. O Professor Luís Correia criticou o facto da Licenciatura em Matemática Aplicada pouco ou nada se distinguir da Licenciatura em Matemática e, defendeu que a disciplina de programação devia ser obrigatória e não opcional.
- 3.3. A Professora Margarida Godinho afirmou que a Licenciatura em Matemática Aplicada devia possuir a disciplina de física
- 3.4. A Professora Teresa Alpuim afirmou que o problema fulcral desta licenciatura é o grau de desistência que possui e, apontou como essencial a existência de uma multidisciplinaridade que confira a marca de que os seus licenciados conseguem aplicar a matemática a uma determinada área. Manifestou, ainda, a sua preocupação no que respeita à localização das disciplinas no curso e ao facto dos cursos concorrentes de outras instituições possuírem designações mais apelativas (nomeadamente: Matemática Aplicada e Computação, e Matemática Aplicada à Economia e Gestão) e, apelou para que nenhuma decisão seja tomada sob a pressão de um prazo temporal.

C



- 3.5. A Professora Gracinda Gomes elucidou que as propostas apresentadas reflectem o trabalho de quatro meses e a concordância do DM e do DEIO, tendo as mesmas sido aprovadas em sede de Conselho Coordenador do DM e do Conselho de Departamento do DEIO. Acrescentou que seria contraproducente retirar a disciplina elementos da matemática do 1º ano.
- 3.6. O Professor Luís Gouveia afirmou que esta proposta de licenciatura em matemática Aplicada é um passo pequeno na direcção certa.
- 3.7. A Professora Maria João Collares Pereira defendeu a existência de uma visão de escola e de uma oferta inteligente e apelativa que contribua para a valorização da Instituição. Essa visão deve ser, na sua opinião, uma visão alargada e não reduzida à defesa do serviço docente e, o seu ponto primordial deve ser a formação dos alunos e as exigências de mercado.
- 3.8. O professor Pinto Paixão explicou a génese da criação da Licenciatura em Matemática Aplicada.
- 3.9. O Professor Benedito Costa Cabral afirmou que a diferença entre os planos de estudo das licenciaturas em apreço é, globalmente, muito pequena. Porém, defendeu que as propostas devem ser votadas pelo CC e, posteriormente, proceder aos ajustes necessários às mesmas.
- 3.10. A Professora Luísa Loura salvaguardou que, se a estratégia foi ter um tronco comum verdadeiramente comum entre as duas licenciaturas, é natural que ambas possuam dois primeiros anos parecidos.
- 3.11. O Professor Luis Bento indicou que a situação se assemelha com uma licenciatura com mais do que um ramo.
- 3.12. Colocadas à votação, as propostas de alteração aos 1ºs ciclos (com excepção da Licenciatura em Matemática e em Matemática Aplicada) foram aprovadas por unanimidade.
- 3.13. Colocadas à votação, as propostas de alteração dos 1ºs ciclos em Matemática e Matemática Aplicada foram aprovadas por maioria, com três votos desfavoráveis.
- 3.14. A Professora Luísa Loura procedeu a uma breve apresentação das propostas de alteração apresentadas para os 2ºs e 3ºs ciclos e informou que, na sua maioria, são alterações pontuais.
- 3.15. Colocadas à votação, as propostas de alteração aos 2ºs e 3ºs ciclos foram aprovadas por unanimidade.

4. Outros Assuntos

- 4.1. O Professor Pinto Paixão informou que a definição das áreas científicas será agendada para a próxima reunião do Conselho Científico. A este propósito, esclareceu que só poderá ser aberto concurso nas áreas disciplinares que venham a ser elencadas e solicitou que se proceda a um "varrimento" das áreas existentes. Realçou, ainda, que as áreas que requerem um maior cuidado são as áreas interdisciplinares. Acrescentou que o Professor Benedito Costa Cabral vai, brevemente, proceder aos contactos necessários.
- 4.2. O Professor Benedito Costa Cabral salientou que os concursos são internacionais e que existe a possibilidade de se adoptar um conjunto de áreas do CORDIS. Informou, igualmente, que deverá emanar da UL um documento com a delimitação das áreas devendo, porém, o CC apontar desde já as áreas que considera relevantes.
- 4.3. O Professor Pinto Paixão prestou breves informações sobre o orçamento da FCUL para 2010.

A reunião terminou às treze horas

O Presidente
L. L. O. O

9